XVI Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
18 a 20 de setembro de 2019 – Curitiba/PR

Eficácia do Programa de Regionalização do Turismo nas regiões turísticas do Rio Grande do Norte (2004-2014)

Renata Mayara Moreira de Lima [1]
João Bosco Araújo da Costa[2]

Resumo
As políticas públicas de turismo no Brasil ganharam uma nova roupagem com a criação do Ministério do Turismo em 2003. É nesse momento que é criado o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), desdobramento do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). O PRT tem sido concebido desde a sua criação como estruturante na Política Nacional do setor, utilizando a descentralização e a integração como princípios orientadores. Nesse sentido, o objetivo desse artigo é apresentar e discutir alguns resultados encontrados em uma pesquisa que avaliou a implementação desse Programa nas regiões turísticas do Rio Grande do Norte no recorte temporal de dez anos (2004-2014). Especificamente apresenta os resultados alcançados no âmbito regional, com base no critério de eficácia, que realiza a comparação entre o proposto e o cumprido em determinada política pública. O processo metodológico utilizado incluiu a elaboração de uma matriz de avaliação da implementação, com graus diferenciados de eficácia, além da revisão bibliográfica, pesquisa documental, coleta de dados secundários e pesquisa de campo com visitas aos municípios e regiões pesquisadas, com a realização de 26 entrevistas com atores diretamente envolvidos com a implementação do PRT no Rio Grande do Norte. Os indicadores elencados para mapear os resultados do Programa em âmbito regional foram quatro: planos estratégicos regionais; roteiros ou outros projetos coletivos; plano de marketing ou utilização de outros mecanismos de marketing, e sistematização de informações sobre evolução do turismo. Os resultados encontrados mostram que a forma de elaboração dos planos de desenvolvimento regionais deve ser revista, para que se insiram efetivamente os atores e realidades locais, bem como é preciso garantir recursos para que as ações propostas sejam implementadas. Identificou-se que ações de cooperação realizadas nas regiões e a proposição de roteiros turísticos, são pontuais e contam com a predominância de alguns atores regionais. Verificou-se ainda que não existem esforços coordenados coletivos com o objetivo promocional das regiões e que não se tem conseguido coletar os dados necessários ao planejamento do turismo. Conclui-se que a baixa eficácia nos indicadores é decorrente principalmente da insuficiência de recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis para a implementação.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Turismo; Avaliação; Eficácia; Regiões Turísticas.

1 Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora do Curso de Turismo da Universidade Federal de Alagoas. Link para Currículo Lattes: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4249669A1. E-mail: renatammlima@gmail.com

2 Doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Link para currículo Lattes: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4708949A1. E-mail: joaobac58@gmail.com